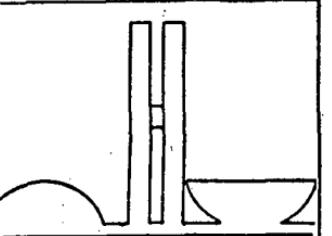


De volta à ortodoxia

Economia Brasil

José Negreiros

No segundo semestre de 1983, quando, tal como agora, o Governo considerou sua política salarial inflacionária, o então ministro da Economia, Delfim Netto, tomou um avião no Rio de Janeiro, atravessou o Atlântico e foi se encontrar com o diretor gerente do Fundo Monetário Internacional, Jacques De Larosière, que gozava férias nas margens do Lago de Locarno, na fronteira entre a Suíça e a Itália. Num dos bolsos do paletó levava uma das inúmeras cartas de intenção assinadas entre o Brasil e o Fundo, anexada a um pedido de waver (perdão) e acompanhada da promessa de restabelecimento dos controles oficiais sobre uma, já na época, desgovernada economia brasileira. De Larosière disse sim, Delfim voltou a Brasília, e, depois do almoço, o presidente Figueiredo reuniu o Conselho de Segurança Nacional para discutir um pacto social típico daqueles tempos: um pacote econômico que impôs manu militari uma correção salarial equivalente a apenas 80% do INPC, promovendo um dos mais radicais arrochos na renda da classe média dos últimos anos.



Coisas da política

O Congresso Nacional, que, ao contrário de De Larosière, não fora previamente consultado pelo ministro do Planejamento, disse não, ao rejeitar mais tarde o decreto-lei 2012. Plantava-se ali o gesto de desobediência civil que no ano seguinte mobilizaria a sociedade em favor de eleições diretas já para Presidente da República. A partir daí, a história ainda está muito presente na memória de todos e a tentação de estabelecer comparações com a situação atual é muito grande, especialmente depois que assessores dos ministros da área econômica alimentam descrença em relação ao pacto entre Governo, trabalhadores e empresários. Se ele fracassar, já se sabe que a alternativa será um pacote unilateral, mais amargo do que medidas negociadas e tão incerto quanto seus antecessores em relação ao alvo da inflação. A boa intenção de alguns ministros, que pregam a necessidade do entendimento político para combater a crise, não avançou além da

retórica, apesar de contracenada com os 22 governadores do PMDB com quem se reuniram na semana passada.

De acordo com o ministro do Planejamento, João Sayad, o país atravessa uma das mais perigosas crises de sua história recente, porque precedida de uma euforia que hoje frustra o ânimo dos agentes econômicos e não oferece qualquer visibilidade sobre o futuro. A mais descomprometida leitura dos jornais confirma essa conclusão: nada justifica taxas de juros anuais superiores a 400% quando a inflação verificada não ultrapassa a 30%; funcionários do próprio Governo admitem o retorno da auditoria do FMI, não apenas porque sua linha de orientação se teria abrandado como o país não tem mais fôlego para permanecer no isolamento; a ausência de alternativas de política econômica é tão absoluta que as mais conservadoras propostas, temperadas pelo monetarismo, pela recessão e pelo choque ganham espaço entre as autoridades. O diagnóstico de qualquer corrente econômica sobre a crise é o mesmo: chegou a hora de pagar a conta do novo milagre, comprovando uma vez mais o dito do ultraconservador Milton Friedman para quem não existe o almoço grátil.

As soluções para as dificuldades econômicas, contudo, geralmente são mais delicadas do que imaginam os políticos, afeitos ao diálogo porque a realidade de seu universo nem sempre impõe a frieza das estatísticas. Um político tão criativo quanto o presidente José Sarney, por exemplo, sente-se desafiado pelos problemas dessa natureza e, tendo fama de bom administrador, adapta-se com naturalidade ao Executivo. A diferença, neste momento, é que Sarney atravessa uma daquelas suas fases de longa contemplação de um dilema do Governo, nem sempre na companhia de assessores com quem possa dividir seu drama, o que o leva a aborrecer-se com a rotina da máquina administrativa. Além disso, no momento, a proximidade da instalação da Constituinte reforça o temperamento cauteloso do Presidente, que só gostaria de agir depois de dominar com segurança a nova base parlamentar de seu Governo. Qualquer que seja a sua reação nos próximos dias, ela tende a apontar muito mais na direção de um retorno às regras da ortodoxia. A Nova República parece haver esgotado toda a sua criatividade.

José Negreiros é repórter do JORNAL DO BRASIL em Brasília